

Planejamento regional e prevenção de desastres naturais em Santa Catarina: análise dos PBDEE (planalto) e Diagnósticos das SDR¹

Isa de Oliveira Rocha², Fábio Napoleão³, Lucas Benner da Cunha⁴

Palavras-chave: Catástrofes, Planejamento, Santa Catarina.

A expansão da urbanização catarinense tende a intensificar as perdas e danos sociais, econômicos e ambientais associados aos eventos catastróficos de ordem natural. Os muitos desastres naturais registrados em Santa Catarina, como enchentes, inundações, vendavais, deslizamentos, secas etc. impõem a necessidade de incorporar a temática no âmbito das ações do planejamento regional e urbano visando a atenuação dos impactos destes episódios. O presente estudo, desenvolvido com apoio da FAPESC e UDESC, analisa os documentos de planejamento regional no que se refere a seu caráter preventivo. Em arquivos de instituições públicas foram coletados e analisados os Planos Básicos de Desenvolvimento Ecológico-Econômico (PBDEE), elaborados na década de 1990 pela Secretaria do Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina (SDM/SC) – ou eventualmente pela Secretaria de Estado de Planejamento e Fazenda de Santa Catarina (SPF/SC) – e executados pelas respectivas associações de municípios catarinenses. Igualmente, tivemos acesso, através do site da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina, aos Diagnósticos da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). Tais documentos seguem as diretrizes estabelecidas a partir da abertura política e da constituição federal de 1988. A presente pesquisa analisou os PBDEE de seis microrregiões (Associações de Municípios) da vertente do planalto catarinense e vinte Diagnósticos das SDR. Embora os documentos apresentem uma perspectiva de análise socioambiental, significando substancial avanço em relação aos planos de governo e de desenvolvimento regional anteriores, as limitações em relação à prevenção dos desastres naturais são visíveis. Assim, constatou-se que na esfera da administração pública estadual as medidas preventivas de abolição ou mitigação dos desastres ainda são frágeis, não alcançando ações que resultem em efetiva resiliência.

¹ O artigo é resultado parcial da pesquisa *Planejamento regional e prevenção de catástrofes em Santa Catarina*, aprovada na Chamada Pública FAPESC 010/2009 – Prevenção de Catástrofes Naturais.

² Orientadora, Professora do Departamento de Geografia, Universidade do Estado de Santa Catarina, isa.rocha@udesc.br.

³ Professor do Departamento de Geografia, Universidade do Estado de Santa Catarina, fabio.napoleao@udesc.br.

⁴ Acadêmico do Curso de Geografia – FAED/UDESC, bolsista de iniciação científica PROBIC/UDESC.